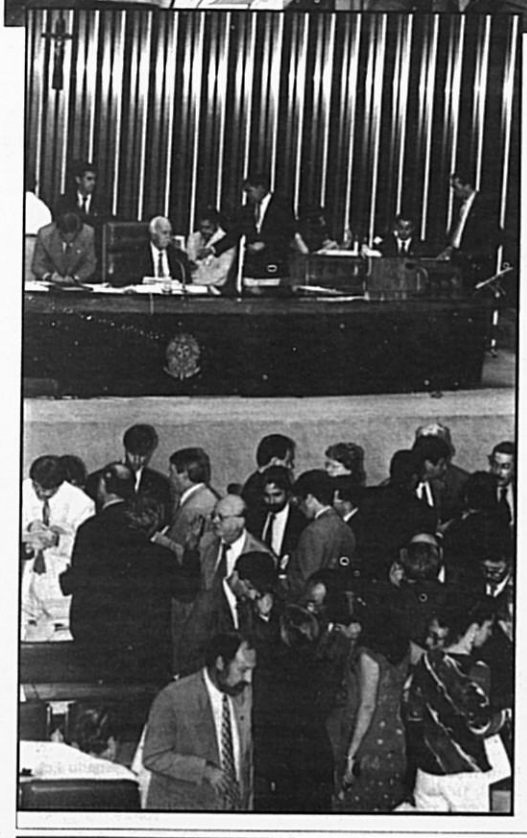
JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV – Nº 665 – Brasília, sexta-feira, 3 de abril de 1998

Durante a sessão, também foram aprovadas a MP que institui a gratificação por desempenho e produtividade e a que cria três novas carreiras no serviço público federal



Congresso isenta servidores inativos de contribuição

A votação de MPs relacionadas com a reforma administrativa, iniciada na quarta, prosseguiu ontem e deverá ser concluída na próxima semana

O Congresso Nacional aprovou ontem mais três medidas provisórias, das 18 selecionadas pelas lideranças por tratarem de assuntos administrativos. Agora já são sete as MPs aprovadas e a votação continuará em sessão marcada para terça-feira, às 18h. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, elogiou o clima de diálogo entre situação e oposição. **Páginas 4 e 5**

Senado apreciou 104 matérias no trimestre

De 6 de janeiro a 31 de março deste ano, os senadores participaram de 73 sessões plenárias e aprovaram 92 propostas, com destaque para as emendas constitucionais que dispõem sobre o regime jurídico dos militares e a reforma administrativa. **Página 3**

Odacir quer mais cargos sujeitos à aprovação do Senado

Para aumentar o controle do Legislativo sobre a escolha de altos funcionários da República, o senador Odacir Soares (PTB-RO) apresentou projeto de lei exigindo aprovação prévia do Senado na indicação de presidentes e diretores do Banco do Brasil, BNDES, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal, Petrobrás, Eletrobrás e Telebrás, além dos secretários da Receita Federal, Tesouro Nacional e Orçamento Federal, superintendentes da Sudene e Sudam e diretor da Polícia Federal.

Odacir propõe maior controle

Na justificação do projeto, Odacir alega que acontecimentos políticos recentes mostram a necessidade de que alguns postos do governo federal sejam ocupados por pessoas com qualificações de alto nível e caráter ilibado.

Para o senador, a exigência de aprovação prévia do Senado pode aperfeiçoar as relações entre os Poderes Legislativo e Executivo. "A Constituição já prevê essa necessidade para magistrados dos STF e Tribunais Superiores, ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo presidente da República, presidente e diretores do Banco Central, procurador-geral da República bem como governador de território e embaixadores", explicou.

Como a opinião prévia do Senado tem funcionado bem, nos casos já previstos pela Constituição, Odacir argumenta que será útil para o Brasil estender essa competência para outros cargos. "Tenho certeza de que o projeto suprirá lacunas graves no processo de escolha, adicionando mais cautela ao exame dos nomes propostos pelo presidente da República", observou.

Cabral e OAB debatem a atuação da Justiça

A atuação da Justiça no Brasil e o papel do Congresso na reforma do Poder Judiciário serão discutidos neste fim de semana na TV Senado. Participam da discussão o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Reginaldo de Castro.

O debate, mediado pelo diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, jornalista Fernando Cesar Mesquita, será transmitido no sábado e no domingo às 11h e 21h.

Cabral participa do programa

Suassuna defende redução da idade penal

Em entrevista à TV Senado, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu a responsabilidade penal dos jovens a partir dos 16 anos, conforme projeto de sua autoria que tramita na Casa. Para o senador, o Estatuto da Criança e do Adolescente levou o crime organizado a utilizar menores, que vão para centros de reclusão e não para a cadeia.

A entrevista com Ney Suassuna vai ao ar hoje às 7h, 12h15 e 18h45.

Suassuna diz que estatuto leva crime organizado a usar menores

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Segunda-feira (6.4.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Primeiro dia de discussão da *PEC nº 28/96, que inclui, entre os direitos sociais, o direito à moradia); *PLC nº 44/97, que dispõe sobre a inclusão das liquidações do Banco de Roraima S.A. - Banroraima, e da Companhia Usinas Nacionais - CUN no rito processual da Lei nº 8.029/90; *PDL nº 59/97, que aprova o texto do Acordo por Troca de Notas relativo ao ingresso do Brasil, na qualidade de membro pleno, no Comitê do Aço da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE; *PDL nº 131/97, que aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Brasil e a França; *PDL nº 143/97, que aprova o texto do Acordo de Cooperação na Luta Contra o Crime Organizado e o Tráfico de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, celebrado entre o Brasil e a Itália; *PDL nº 145/97, que aprova o texto do Acordo de Cooperação na área de turismo, celebrado entre o Brasil e a Espanha; *PDL nº 146/97, que aprova o texto do Estatuto da Conferência de Haia de Direito Internacional Privado; *PDL nº 3/98, que aprova o texto da Emenda aos arts. 6.º e 22 do Acordo Operacional da Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite - Intelsat, aprovada pelo XXV Encontro dos Signatários; *PDL nº 7/98, que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos Sub-Regionais entre os Governos da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai; *PLS nº 220/97, que estabelece as Diretrizes Nacionais de Defesa Civil; *Requerimento nº 177/98, o senador Leonel Paiva solicita tramitação conjunta da PEC nº 43/97, com a nº 63/95, por versarem sobre a extinção de tribunais e juízos especializados em matéria trabalhista; e *Requerimento nº 182/98, o senador Lúcio Alcântara solicita tramitação conjunta do PLC nº 77/97, com o PLS nº 232/97, por versarem sobre o trabalho educativo de adolescentes

Terça-feira (7.04.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Segundo dia de discussão da *PEC nº 28/96, que inclui, entre os direitos sociais, o direito à moradia; redação final da emenda do Senado ao *PLC nº 95/96, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as instituições privadas de educação beneficiárias de isenção de impostos terem em seus conselhos fiscais representante do corpo discente; *PDL nº 8/98, que aprova o texto das emendas ao artigos I, II, VIII, IX e XVI do acordo relativo à Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite (Intelsat); e *PDL nº 9/98, que aprova o texto das emendas relativas à mudança do nome da Organização Internacional de Telecomunicações Marítimas por Satélite - Inmarsat, e ao art. 13 da Convenção da Inmarsat

18h - Sessão Conjunta do Congresso Nacional

Pauta: Apreciação de diversas medidas provisórias

COMISSÕES

Terça-feira (7.4.98)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 134/95, que regulamenta o parágrafo 3º do artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a reparação de natureza econômica devida aos aeronautas e aeroviários, civis e militares, impedidos de exercer a profissão; *Mensagem nº 47/98, solicitação de elevação do limite de endividamento da Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás, a fim de contratar operação de crédito externo, no valor de US$ 271.017.228.95, junto ao Eximbank, destinada ao financiamento da importação de bens e serviços, no âmbito do Projeto Gasoduto Brasil-Bolívia; *Mensagem nº 96/98, solicitação do governo federal para contratar operação de crédito externo no valor de quatrocentos e quarenta e dois milhões e cem mil reais, junto ao Paribas, destinada ao financiamento dos débitos da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, referentes à construção da Usina Termelétrica de Candiota III - Unidade I, a serem assumidos pela União, em decorrência da Lei nº 9.143/95; *PLS nº 298/95, que dispõe sobre o custo de cada parcela rural em Projetos de Colonização Oficial; e *PLC nº 122/93, que determina a devolução aos legítimos proprietários dos valores relativos ao Fundo 157. *Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa*

10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: *PLC nº 5/98, que altera a Tabela de Valores da Taxa de Fiscalização da Instalação por Estação, objeto do Anexo III da Lei nº 9.472/97, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e o funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8/95. *Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa*

10h - Comissão Temporária da Amazônia

Pauta: Exposição da presidente do Banco da Amazônia S.A (Basa), Flora Valadares, sobre a aplicação do FNO na região Norte. *Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa*

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social – Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração – Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado – Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado – José do Carmo Andrade

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211
Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

www.senado.gov.br

Projeto define alimentos funcionais

Projeto apresentado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) introduz na legislação que institui normas básicas sobre alimentos (Dec.-Lei 986/69) a categoria de *alimento funcional*. Ele propõe definir esse produto como "o ingrediente consumido como alimento ou suplemento alimentar que, dada a presença de constituintes salutares em sua composição química, pode contribuir comprovadamente para a prevenção de enfermidades crônicas e de outros agravos à saúde".

De acordo com o senador cearense, ainda hoje há um "inexplicável hiato" na regulamentação da vigilância sanitária brasileira, em relação aos alimentos dotados de determinadas características químicas, "especialmente benéficas na prevenção de algumas patologias crônicas".

Entre esses alimentos, Lúcio Alcântara cita como exemplos os complexos vitamínicos e minerais do tipo *ginseng* e alimentos especiais como a cartilagem de tubarão. Esses produtos, ao lado de outros, "estão no limbo da inexistência de uma definição que os diferencie, claramente, por um lado, dos alimentos ordinários e, de outro, dos medicamentos".

- Com o surgimento de uma demanda crescente para esses produtos no âmbito do Mercosul - assinala Lúcio Alcântara, "o Brasil não pode ser prejudicado em seu potencial de comercialização nesse promissor mercado, pela ausência de regulamentação nacional contemplando tal aspecto da vigilância sanitária".

A proposição será apreciada em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Alcântara constata hiato legal

BALANÇO

Nas 73 sessões plenárias realizadas durante o primeiro trimestre, os senadores aprovaram 92 propostas

As emendas constitucionais que dispõem sobre o regime jurídico dos militares e a reforma administrativa foram destaque nos trabalhos do período de 6 de janeiro a 31 de março

Senado já votou 104 matérias este ano

O Senado fechou o primeiro trimestre de 98 ultrapassando a marca de 100 matérias apreciadas em plenário: exatamente 104 proposições foram examinadas do dia 6 de janeiro até 31 de março. Dessas, 91 obtiveram aprovação, com destaque para duas emendas constitucionais: a do regime jurídico dos militares e a da reforma administrativa.

Outras matérias de grande interesse foram votadas nas 73 sessões plenárias realizadas durante esses três meses: primeiro, na fase de convocação extraordinária do Congresso, encerrada em 13 de fevereiro; e, em seguida, no período normal de atividades. Vale citar a Lei Pelé - que regulamentou o regime de passe dos jogadores -, a ampliação das possibilidades de quebra do sigilo bancário, os novos mecanismos de controle sobre a lavagem de dinheiro, para tornar mais eficiente o combate ao crime organizado, e a criação do contrato temporário de trabalho.

Os artistas comemoraram a decisão do Senado favorável à sua proposta sobre direitos autorais, e os psicólogos, a manutenção dos exames psicotécnicos. Numa deliberação preliminar, o plenário decidiu considerar prejudicada a votação, dentro da proposta de reforma administrativa, da garantia de aposentadoria especial para os magistrados.

Ainda entre as votações importantes de 98, constam a proteção do Estado às testemunhas e vítimas de crimes, para estimular a cooperação com a Justiça, e a adoção de novas penas alternativas à de prisão; e, também na área judicial, a criação da Escola Superior do Ministério Público.

O Senado votou também novas normas para as prestações de contas das verbas oficiais recebidas pelos municípios, visando aumentar a transparência da administração, e estabeleceu regulamentação com o objetivo de dar proteção à propriedade intelectual dos programas de computador (*softwares*).

As comissões permanentes da Casa trabalharam intensamente nesse trimestre, preparando os pareceres necessários à apreciação das matérias pelo plenário, organizando audiências públicas para discutir os temas polêmicos e tomando algumas decisões terminativas, enviadas diretamente à Câmara.

No exercício dessa prerrogativa constitucional, as comissões aprovaram terminativamente, no mês de março, os projetos de lei do Senado permitindo a movimentação da conta vinculada ao FGTS quando o trabalhador, ou qualquer dos seus dependentes, for portador do vírus HIV; dispondo sobre a coleta e disposição final de baterias usadas de telefones celulares; e obrigando as operadoras a oferecerem versões com foto digitalizada dos cartões de crédito.

MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO
(de 1º a 31 de março de 1998)

Projetos aprovados e enviados à sanção	3
Projetos aprovados e enviados à promulgação	35
Projetos aprovados e enviados à Câmara	4
Emenda constitucional aprovada	1
Mensagens de escolha de diplomatas	1
Total de matérias aprovadas	**44**
Matérias enviadas ao Arquivo	5
Total de matérias apreciadas	**49**

MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO
(de 6 de janeiro a 31 de março de 1998)

Projetos aprovados e enviados à sanção	17
Projetos aprovados e enviados à promulgação	58
Projetos aprovados e enviados à Câmara	8
Escolha de autoridades e diplomatas	7
Emendas constitucionais aprovadas	2
Total de matérias aprovadas	**92**
Matérias enviadas ao Arquivo	12
Total de matérias apreciadas	**104**

Nova gratificação no serviço público vai beneficiar também funcionários de nível médio. Sete das 18 medidas provisórias necessárias à promulgação da reforma administrativa já foram votadas pelo Congresso

Servidor inativo fica isento de contribuição

O Congresso Nacional votou ontem mais três medidas provisórias editadas pelo governo, das 18 selecionadas pelas lideranças por tratarem de assuntos administrativos. A votação das MPs, que prossegue às 18h de terça-feira, permitirá a promulgação da reforma administrativa, já aprovada pela Câmara e pelo Senado.

Nas três votações de ontem, os parlamentares aprovaram projetos de conversão apresentados pelos relatores, ou seja, modificaram as propostas do governo. Já foram votadas 7 das 18 medidas provisórias que tratam de assuntos administrativos. As outras 11 devem ser apreciadas na próxima semana.

INATIVOS

Um dos projetos alterou a MP 1.646-47, isentando os inativos da União do pagamento de 11% para o Plano de Seguridade Social (PSS) desde 31 de março deste ano. A MP havia determinado a cobrança previdenciária dos inativos nos últimos 47 meses e o projeto de conversão, apresentado pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), beneficia com a isenção, inclusive os aposentados que entraram na Justiça contra a cobrança. O governo federal se comprometeu a não recorrer contra as decisões judiciais favoráveis aos inativos.

Outro projeto de conversão alterou a MP 1.625-42, que instituiu uma nova gratificação no serviço público (de Desempenho e Produtividade), destinada aos servidores das áreas de finanças, controle, orçamento, planejamento, diplomacia, pesquisa em ciência e tecnologia e gestão pública.

ELOGIOS

O relator também foi o senador Ramez Tebet, que recebeu elogios até da oposição por sua capacidade de negociação. Ele decidiu ampliar a concessão das gratificações a funcionários de nível intermediário, antes destinadas pela MP apenas a servidores de nível superior.

O terceiro projeto de conversão substituiu a MP 1.588-6, que criou três novas carreiras no serviço público federal - de supervisor médico-pericial do INSS, de analista de comércio exterior e de fiscal de defesa agropecuária, do Ministério da Agricultura. Com isso, serão abertos 1.030 novos cargos de nível superior no serviço público, os quais serão preenchidos por concurso (*veja matéria na Página 5*).

Nas três votações realizadas ontem, prevaleceu o bom entendimento entre governo e oposição

Regra também vale para quem tem liminar

Os servidores federais aposentados estão isentos da contribuição ao Plano de Seguridade Social (PSS) desde 31 de março deste ano, conforme estabelece projeto de lei de conversão da Medida Provisória 1646-47, aprovado ontem por acordo de liderança pelo Congresso Nacional.

Os funcionários que entraram com ação judicial contra a medida provisória que fixou o pagamento de 11% ao PSS e obtiveram liminar favorável (portanto, não recolheram suas contribuições) também são alcançados pela isenção. Os que pagaram a contribuição durante os 47 meses de vigência da MP, por sua vez, não terão direito a ressarcimento, que equivaleria a cerca de cinco salários para cada aposentado.

A decisão, conforme o líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), abre caminho para a aprovação da reforma da Previdência. Ele garantiu ainda que "o governo federal vai cumprir o acordo feito pelas lideranças dos partidos, não fazendo o desconto daqueles que têm a proteção de liminar judicial".

O relator do projeto, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), enfatizou que o entendimento atingido envolveu todos os partidos, de modo que nenhum deles poderia reivindicar a paternidade da decisão. O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) concordou com o relator, mas frisou que a responsabilidade pelos 47 meses da cobrança - a seu ver, inconstitucional - "deve ser creditada ao governo Fernando Henrique Cardoso".

Inicialmente, o acordo não abrangia a situação dos funcionários que entraram na Justiça contra a MP. Foi o deputado Gérson Péres (PPB-PA) quem lembrou, em seu pronunciamento, que o acordo deveria ser estendido àqueles funcionários. Na rodada final das negociações, realizadas em plenário, Arruda anunciou que o governo se comprometia a não cobrar qualquer ressarcimento.

Vários deputados da oposição enfatizaram o avanço viabilizado pelo acordo de ontem, embora tenham também registrado seus protestos contra a não devolução dos 11% de PSS já recolhidos por força da MP. Todos eles frisaram que esse gênero de matéria não pode ser decidido unilateralmente pelo Executivo através de medida provisória e, sim, por projeto de lei.

Conforme o projeto de conversão preparado pelo senador Ramez Tebet, a União, as suas autarquias e fundações públicas continuarão contribuindo para o PSS no mesmo valor descontado do salário do servidor.

Até oposição destaca o bom trabalho de Tebet

O Congresso Nacional aprovou ontem o projeto de lei apresentado pelo relator, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), de conversão à Medida Provisória 1.625-42, que criou gratificações de desempenho e produtividade para várias carreiras do serviço público. As gratificações são de Desempenho e Produtividade (GDP), Desempenho Diplomático (GDD), Desempenho de Atividade de Chancelaria (GDC) e Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia (GDCT).

Tebet assinou projeto

Essa nova vantagem retributiva contempla os servidores das áreas de finanças e controle; orçamento e planejamento; diplomatas; oficiais de chancelaria; especialistas em políticas públicas e gestão governamental; pesquisa em ciência e tecnologia; desenvolvimento tecnológico e de gestão; planejamento e infra-estrutura em ciência e tecnologia. Essas gratificações serão atribuídas com base no desempenho do servidor.

Um acordo de lideranças antecedeu a votação e o relator foi elogiado por sua disposição em discutir e atender pleitos de diversos partidos, traduzidos em 34 propostas de emenda. A capacidade de negociação de Ramez Tebet foi destacada pelo líder do PT na Câmara, deputado Marcelo Deda, e pelo líder do PPS, Sérgio Arouca.

Em decorrência desse acordo e para evitar a evasão de servidores, o projeto de Ramez Tebet ampliou a gratificação de desempenho e produtividade para todos os servidores de nível intermediário e auxiliar de Ciência e Tecnologia, além de aumentar os valores da GDCT e da GDP. Com o mesmo objetivo de evitar evasão, foram aumentados os valores das gratificações destinadas aos funcionários das atividades de finanças, controle, orçamento e planejamento.

Por entender que o projeto traduzia o acordo de lideranças, Marcelo Deda retirou os recursos apresentados pela oposição contra a medida provisória. "Este projeto de conversão representa um enorme avanço na capacidade de negociação desta Casa", afirmou Sérgio Arouca, pouco antes da aprovação do projeto.

Outra alteração do relator aplaudida pelos parlamentares foi a que contemplou com essas gratificações todos os servidores da área de Ciência e Tecnologia com carga horária de 40 horas semanais, eliminando a obrigatoriedade da dedicação exclusiva.

Entendimento entre governo e oposição é apontado por Antonio Carlos Magalhães como principal motivo do sucesso da sessão de ontem do Congresso, quando mais três MPs foram aprovadas por acordo de lideranças

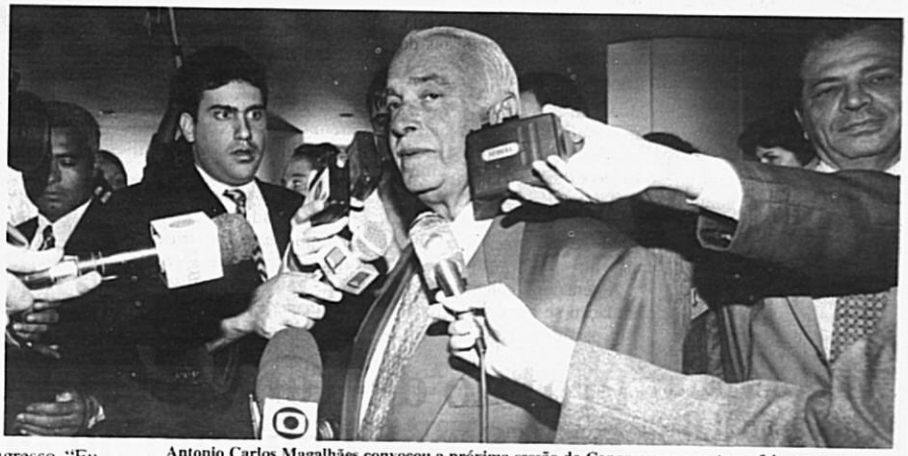
ACM elogia diálogo para aprovar medidas

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, elogiou ontem o "diálogo político" entre situação e oposição e considerou "positiva" a evolução do processo de votação das medidas provisórias pelos deputados e senadores.

O senador falou à imprensa logo após encerrar sessão do Congresso em que mais três MPs foram aprovadas por acordo de lideranças. Nova sessão, para continuar apreciando um conjunto de 11 medidas provisórias pendentes de votação, foi marcada por Antonio Carlos para as 18h da próxima terça-feira.

A respeito da reforma ministerial que o presidente Fernando Henrique Cardoso vem realizando, o senador reafirmou sua posição de "respeito ao presidente da República", lembrando que o regime é presidencialista e o chefe do governo deve ter total liberdade para escolher sua equipe.

Antonio Carlos negou que a indicação do senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) para o Ministério da Previdência Social possa ser vista como uma vitória pessoal do presidente do Congresso. "Eu nem sabia que estava sendo indicado, mas, se for, será uma vitória do país", comentou. Ele concluiu avaliando que "de um modo geral, o novo ministério deverá agradar ao país".



Antonio Carlos Magalhães convocou a próxima sessão do Congresso para a terça-feira que vem

Escolha de Freitas agrada ao presidente do Senado

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, elogiou ontem a opção pelo nome do ex-governador e senador Freitas Neto (PFL-PI) para ocupar o futuro Ministério da Reforma Institucional: "Foi uma excelente escolha", afirmou. "Trata-se de um homem competente para exercer função de comando em qualquer parte da área federal."

Antonio Carlos também considerou apropriada a decisão do presidente Fernando Henrique Cardoso de criar a nova pasta:

- O novo ministério pode ser útil sim, na medida que se faça um trabalho eficiente, porque há tantas reformas indispensáveis ao país, e que precisam realmente ser feitas, que deve haver um ministro para coordená-las - esclareceu.

O senador não aceitou o argumento segundo o qual a iniciativa seria inoportuna, porque é improvável a votação de mais reformas em pleno ano eleitoral. "Por isso mesmo é que se deve preparar desde já, para podermos votar de outubro a dezembro, ou então, começar o novo ano tratando dessas reformas institucionais tão indispensáveis ao país", respondeu.

Indagado sobre a diferença de peso entre o novo ministério e o da Coordenação Política, Antonio Carlos brincou: "Só com uma balança para colocar e ver o que pesa mais. Quem pode saber é o presidente da República".

Outra pergunta feita ao presidente do Senado foi a respeito do esforço da bancada do Paraná no sentido de manter Reinhold Stephanes na Previdência: "Eu não arrombo porta aberta, o assunto já está decidido", concluiu.

Plenário autoriza criação de três novas carreiras

Por acordo de lideranças, o Congresso Nacional aprovou ontem o projeto de lei de conversão da Medida Provisória nº 1.588-6, que criou as carreiras de supervisor médico-pericial do INSS (Instituto Nacional do Seguridade Social), de analista de comércio exterior e de fiscal de defesa agropecuária, do Ministério da Agricultura e Abastecimento. A MP foi relatada pelo deputado Paulo Bornhausen (PFL-SC). O projeto vai à sanção.

Segundo o relator, as carreiras e gratificações criadas estão "dentro daquilo que está sendo colocado pelo governo federal em termos de valorização imediata, sem detrimento de outras carreiras, mas como uma função e uma questão estratégicas"

Ao todo, foram criados 1.030 novos cargos de nível superior no funcionalismo federal (*veja quadro*), que serão preenchidos por concurso público. Também foram criadas gratificações para as novas carreiras. Os supervisores do INSS e analistas de comércio exterior farão jus à Gratificação de Desempenho e Eficiência (GDE) e os fiscais de defesa agropecuária receberão a Gratificação de Desempenho de Atividade de Defesa Agropecuária (GDA).

A novidade é que o cálculo das gratificações está vinculado à avaliação de desempenho e varia até o limite do teto salarial dos servidores públicos civis da União Os critérios para a determinação da avaliação de desempenho individual e institucional serão estabelecidos em ato conjunto do ministro da Administração Federal e Reforma do Estado com os ministros responsáveis pelas respectivas carreiras.

A matéria define ainda critérios para ingresso nas carreiras (concurso público) e para treinamento e capacitação dos servidores, a serem executados pelos órgãos supervisores de cada carreira.

Carreira	Nº de cargos	Função	Órgão Supervisor	Lotação
Supervisor médico-pericial	500	Gerenciamento, supervisão, controle, fiscalização e auditoria das funções de perícia médica	Ministério da Previdência e Assistência Social	Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)
Analista de comércio exterior	280	Formulação, implementação, controle e avaliação de políticas de comércio exterior	Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo	A ser definida em ato do presidente da República
Fiscal de defesa agropecuária	250	Inspeção, fiscalização, certificação e controle de produtos, insumos, materiais de multiplicação, meios tecnológicos e processos produtivos na área de defesa agropecuária	Ministério da Agricultura e do Abastecimento	Ministério da Agricultura e Abastecimento

Senadora disse que vai discutir, em audiência com o governador do Rio de Janeiro, a greve da categoria e os baixos salários, que têm provocado o abandono das escolas

Benedita: situação do professor é aviltante

"A situação em que se encontra a maior parte dos professores deste país é deplorável e aviltante", afirmou ontem a senadora Benedita da Silva (PT-RJ), durante sessão conjunta do Congresso Nacional.

A senadora informou que no Rio de Janeiro a carência de professores na rede estadual já chega a 11 mil, segundo dados da Secretaria de Educação. Ela vai discutir, em audiência com o governador Marcello Alencar, a greve dos professores e os baixos salários que a categoria está recebendo. De acordo com Benedita, de setembro de 1994 a agosto de 1997, 10.103 professores abandonaram as escolas no Rio - a maioria em razão dos baixos salários. Desse total, 1.429 pediram exoneração e, em 1997, 3.500 profissionais abandonaram o ensino, estimulados pelo Plano de Exoneração Incentivada.

A senadora salientou que a situação se agrava em municípios da periferia carioca como os da Baixada Fluminense e da Região Metropolitana, onde os alunos carentes acabam por receber dupla penalidade. Além das limitações impostas por sua condição social, são atingidos pelas conseqüências da falta de professores, frisou.

Algumas escolas fluminenses de segundo grau optaram por diminuir a grade curricular a fim de acomodar o problema da falta de professores, solução que não é ideal, segundo Benedita da Silva.

Benedita: periferia é mais atingida

Rádio Senado lembra origens do AI-5

Os acontecimentos políticos que culminaram na decretação do Ato Institucional nº 5 serão relembrados pelo programa "Século XX", que vai ao ar amanhã, às 22h e domingo, às 17h, pela Rádio Senado.

Entre outros fatos o programa vai relembrar a escalada do terrorismo de esquerda e a divisão da oposição.

O programa "A Música Erudita e Seus Mestres" apresenta, neste fim de semana, "A Sagração da Primavera", de Igor Stravinsky. Para o apresentador do programa, senador Artur da Távola, a obra de Stravinsky foi revolucionária, ao romper com a simetria, a acomodação, a suavidade e a serenidade da música do século XIX.

Já no programa "A Boa Música do Brasil", Artur da Távola homenageia artistas que aniversariam em abril.

"A Música Erudita e Seus Mestres" vai ao ar no sábado e no domingo, às 11h, e "A Boa Música do Brasil" é transmitido no sábado, às 16h e no domingo, às 22h.

Inscrições para cursos do ILB estão abertas

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) está com inscrições abertas para diversos cursos, entre eles o de *Economia no setor público*, *Introdução ao estudo legislativo*, *Línguas inglesa e espanhola*, *Redação oficial* e *Siafi avançado*. Com início marcado para este mês de abril, as matrículas podem ser feitas por servidores de qualquer área da Casa.

O curso de *Legislação de pessoal aplicada* recebe inscrições até o dia 7, com turmas pela manhã e à tarde. Cursos de *Economia do setor público* e *Matemática financeira* também estão sendo lançados.

Os servidores interessados em dar aulas estão convidados pelo ILB a fazer uma visita ao órgão, para que seja verificada a possibilidade de que possam exercer o magistério nas áreas de seu conhecimento profissional, a exemplo do professor de Português Izaias Faria, que é formado em Letras e ministra o curso de *Revisão gramatical*, constantemente solicitado pelos funcionários. Maiores informações no ILB pelo telefone (061)-311-3394.

Projeto de Tebet prevê uso do FGTS para custeio do ensino

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço poderá custear despesas com educação, segundo projeto de lei apresentado pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS) que prevê o saque destes recursos para o pagamento de mensalidades escolares do titular da conta, cônjuge ou filhos, matriculados em instituição privada de nível médio ou superior.

Segundo Tebet, o projeto procura corrigir a distorção expressa no acesso dos filhos de famílias mais abastadas às universidades públicas, ao passo que os estudantes carentes se vêem obrigados a arcar com os custos do ensino pago.

Tebet: corrigindo distorções

- As classes mais privilegiadas, pelas condições que possuem de manter seus filhos nas melhores escolas e cursinhos, conseguem garantir o acesso às universidades públicas. Enquanto isso, os filhos dos trabalhadores são obrigados a estudar em escolas de nível médio públicas, a maioria transmitindo um ensino de péssima qualidade e, como conseqüência, ficam fora das melhores instituições de ensino. Queremos, com o projeto, diminuir uma das características mais perversas do nosso sistema educacional que exclui o trabalhador da participação nos resultados do desenvolvimento nacional - justificou o senador.

O projeto segue para apreciação na Comissão de Assuntos Sociais, onde será analisado em caráter terminativo.

Viola caipira é tema de programa

A viola caipira foi introduzida no Brasil no período colonial e, através do contato com as culturas indígena e africana, adquiriu características próprias. Essa é uma das curiosidades reveladas pelo músico e pesquisador Roberto Correia, entrevistado do programa "Instrumental de Ouro", a ser transmitido neste sábado pela Rádio Senado.

Além de contar a história das violas, Roberto Correia mostra suas composições e interpretações, fala de outros violeiros famosos e, ainda, do surgimento das duplas caipiras.

O "Instrumental de Ouro", que vai ao ar às 20h, apresenta também as produções de Zé Coco do Riachão, Almir Sater e Helena Meireles.

Mauro elogia grupo *Quasar*

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) parabenizou o grupo de dança *Quasar*, do seu estado, que no início de março recebeu cinco prêmios na Festa dos Melhores - promoção anual da Funarte realizada no Rio de Janeiro. Nas cinco categorias em que concorreu, cinco prêmios mambembe foram conquistados pelos goianos: bailarino e bailarina revelação, melhor coreógrafo, melhor elenco e melhor espetáculo.

Ele pediu ao Ministério da Cultura que reconheça o grupo de dança porque somente com esta credencial a companhia poderá ficar apta a receber doações através da Lei Rouanet.

Mauro quer reconhecimento oficial

O esforço dos integrantes do grupo *Quasar* para projetar a cultura de Goiás no Brasil e no exterior também foi ressaltado por Mauro, que reclamou da falta de um maior apoio do Estado ou da iniciativa privada.

- Apesar das sucessivas consagrações que o *Quasar* tem obtido, o financiamento público ou privado de suas atividades é insuficiente para garantir dedicação exclusiva à arte e assegurar a ampliação do repertório de espetáculos - comentou.

Para ilustrar sua opinião, o senador citou o nome de artistas consagrados que, depois de muito sucesso, chegaram ao final da vida reclamando de uma assistência mínima do Estado.

Campos acha prioritária a integração regional

O governo federal deve adotar urgentemente medidas de integração para o desenvolvimento regional - esta é a sugestão que o senador Júlio Campos (PFL-MT) faz para vencer os desequilíbrios econômicos e sociais do Brasil. Segundo ele, se o país conseguir sucesso nessa direção e vencer o atraso político, o clientelismo e a corrupção, certamente passará a ser o "novo Estado construído pela real expressão político-jurídica da sociedade civil".

Campos quer "um novo Estado"

Entre as medidas propostas pelo senador estão a recuperação das áreas degradadas; a definição de uma política eficiente na utilização das águas, na qual a irrigação seja priorizada; a implementação de uma estrutura de acumulação da água desde as áreas rurais até as urbanas; investimentos em pesquisa agropecuária; e a fixação de uma reforma agrária eficiente.

Miranda já vê maior respeito com os índios

A sociedade brasileira já apresenta uma consciência maior em relação à questão do índio, avaliou o senador Gilberto Miranda (PFL-AM). Para ele, depois de quase ter sido exterminada na década de 50, a população indígena já se depara com perspectivas melhores.

Miranda: sociedade consciente

- Além da sociedade ter mais sensibilidade sobre a questão, os índios também aumentaram a consciência dos seus direitos e desenvolveram a capacidade de lutar por eles. O direito à terra é um aspecto fundamental de toda a questão, pois, sem ela ecologicamente conservada, torna-se impraticável para os índios a manutenção de seu modo de vida e suas tradições - observou o senador.

Miranda acredita que o momento é propício para a existência de relações mais estreitas entre a população branca e as sociedades indígenas.

No dia 15, o ministro Luiz Felipe Lampreia comparecerá à Comissão de Relações Exteriores para explicar tratados e acordos

Chanceler vem ao Senado falar sobre criação da Alca

O ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, deverá prestar esclarecimentos, no próximo dia 15, à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre as negociações em torno da criação da Associação de Livre Comércio das Américas (Alca), segundo anunciou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Constarão da pauta ainda os Acordos para a Promoção e a Proteção Recíproca de Investimentos, celebrados entre o Brasil e Suíça, Portugal, Reino Unido, Chile, França e países do Mercosul; e o Acordo Multilateral de Investimentos.

A convocação do ministro foi pedida por Suplicy. Na justificativa do requerimento, lida ontem pelo senador durante sessão do Congresso, ele apontou aspectos que considera danosos aos interesses nacionais nos tratados bilaterais sobre a promoção e proteção recíproca de investimentos. A aprovação desses tratados tem sido pedida ao Congresso Nacional pelo Executivo, conforme lembrou o senador, sob o argumento de que "constitui em hoje relevante fator de atração do capital estrangeiro".

Para Suplicy, os termos desses acordos vão criar dois tipos de investidores no país: os estrangeiros, de primeira classe, e os nacionais, de segunda classe, que não poderão dispor das medidas de proteção semelhantes às de seus concorrentes estrangeiros.

Soberania preocupa Suplicy

- O governo está criando uma distorção nas regras de concorrência em detrimento do investidor nacional - acusou.

Suplicy citou, ainda, como prejudicial ao país a proibição, em muitos dos acordos, de medidas de nacionalização, desapropriação ou outras semelhantes, a menos em casos muito especiais. Além disso, lembrou que essas medidas apenas podem ser tomadas se forem acompanhadas de disposições para o pagamento de indenização imediata, adequada ou efetiva, devendo o montante da indenização corresponder ao valor do investimento desapropriado:

- Esses pagamentos de forma imediata, adequada e efetiva podem ser entendidos pelos investidores estrangeiros diferentemente do previsto na Constituição brasileira, que, apenas para citar um exemplo, no caso das desapropriações rurais prevê o pagamento em títulos da dívida agrária, resgatáveis em até 10 anos.

Suplicy citou também a possibilidade de o investidor estrangeiro decidir qual o foro que resolverá uma controvérsia entre ele e o Estado brasileiro:

- O investidor poderia escapar à jurisdição nacional e dirigir-se a um tribunal internacional, colocando-se em igualdade de condições com o Estado brasileiro. Ou seja, nosso país estaria se igualando a uma entidade de direito privado, fato agravado por estarmos tratando de obrigações contraídas em território brasileiro sob as leis nacionais - alertou.

Suplicy defendeu maiores esclarecimentos sobre a Alca, afirmando que tem sido marcante o interesse demonstrado pelos EUA em ampliar a liberdade de movimentos de capitais, mercadorias e serviços, ao mesmo tempo em que crescem as barreiras para os seres humanos cruzarem fronteiras e terem direitos iguais naquele país:

- Cabe, pois, um exame pormenorizado para que qualquer acordo que o Brasil esteja por selar leve em conta seus efeitos sobre os avanços obtidos para os países do Mercosul e seus efeitos não apenas para as empresas, mas para os trabalhadores e todas as pessoas.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

7h - Entrevista com o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) sobre a redução da idade penal
7h30 - "Jornal da Amazônia"
8h - "Sete Dias na Política" entrevista com a senadora Junia Marise (PDT-MG) e o deputado Ibrahim Abi-Ackel
9h00- Sessão plenária (ao vivo)
12h15 - Entrevista com o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) sobre a redução da idade penal
13h15 - "Sete Dias na Política" entrevista com a senadora Junia Marise (PDT-MG) e o deputado Ibrahim Abi-Ackel
14h30 - Sessão plenária (reapresentação)
18h45 - Entrevista com o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) sobre a redução da idade penal
19h30 - "Sete Dias na Política" entrevista com a senadora Junia Marise (PDT-MG) e o deputado Ibrahim Abi-Ackel
20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
20h40 - "Senado em Pauta"
21h - "Fala Cidadão"
22h - Resumo da semana
22h30 - "Sete Dias na Política" entrevista com a senadora Junia Marise (PDT-MG) e o deputado Ibrahim Abi-Ackel
0h - "Fala Cidadão"
0h30 - Telejornal "Resumo da Semana"

AMANHÃ E DOMINGO (DESTAQUES)

11h e 21h - Debate mediado pelo jornalista Fernando Cesar Mesquita com o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Reginaldo de Castro sobre a Justiça no país.

RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
8h45 - "Plenário em Revista"
9h - Sessão plenária
13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
19h - "A Voz do Brasil"
22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
0h - Retransmissão da sessão plenária
3h - Música e informação até às 7h30

AMANHÃ (DESTAQUES)

11h - "A Música Erudita e Seus Mestres" - o programa traz a "Sagração da Primavera" (partes 1 e 2), do compositor Stravinski. Apresentação do Senador Artur da Távola.
16h - "A Música do Brasil" - os aniversariantes do mês de abril, entre eles Moreira da Silva, D. Ivone Lara, Gal Costa, Nana e Dori Caymmi. A apresentação é do Senador Artur da Távola.
18h - Resenha da Semana (Comissões/Presidência)
20h - "Instrumental de Ouro" traz a viola caipira e uma entrevista com Roberto Correa.
22h - "Século XX" - A invasão da UnB pelo Exército, o discurso do deputado Márcio Moreira Alves que provoca o AI-5, a perseguição policial à peça Roda Viva, Gilberto Gil pede vaias a Chico Buarque, da "esquerda mal humorada", segundo o movimento "Tropicália". E ainda: Caetano Veloso, interpretando "É proibido proibir", Chico Buarque, Sérgio Ricardo, Gilberto Gil.

DOMINGO (DESTAQUES)

11h - "A Música Erudita e seus Mestres" (reprise)
17h - "Século XX" (reprise)
18h30 - Resenha da semana (plenário)
19h30 - "Autores e Livros" (reprise)
21h - Resenha da semana (plenário)
22h - "A Música do Brasil" (reprise)

Teotônio recordou interesse dos EUA pelo programa

Teotônio defende nova política para o álcool

O senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) defendeu ontem a adoção de uma diretriz para o setor sucro-alcooleiro compatível com a estabilidade do Real e que garanta auto-sustentabilidade para a atividade, transferindo para a população os benefícios sócio-ambientais que o setor pode e deve dar ao país. "Precisamos impedir o sucateamento de uma atividade que representa um diferencial positivo do Brasil - combustível limpo e energia renovável", enfatizou.

Teotônio admite que, ao insistir na defesa da atividade canavieira, está pensando no seu estado de Alagoas, onde a cana-de-açúcar é a garantia de sobrevivência da maior parte da população. "Mas, como economista, defendo a ênfase na questão energética brasileira, que considero uma viga-mestra na construção de uma nação mais rica e justa."

"Além da cana, precisamos cuidar do plantio de árvores e plantas ricas em óleos"

"Sempre preguei a valorização de nossa biomassa energética no sentido mais amplo do termo: além da cana, precisamos cuidar do plantio de árvores e plantas ricas em óleos que podem, com baixo custo e eficiência, abastecer de energia elétrica regiões distantes como o Acre, onde a eletricidade produzida com óleo diesel, transportado de caminhão, é dez vezes mais cara do que a média do país", ressaltou Teotônio.

Para o senador, o Brasil tem o custo médio de produção de açúcar mais baixo do mundo e, em função do uso do álcool carburante, tem a matriz de combustíveis mais limpa e ambientamente favorável do planeta. "Bill Clinton telefonou, recentemente, a Fernando Henrique acenando com uma proposta de entendimento entre os dois países, porque os Estados Unidos são o maior gerador mundial do efeito estufa e nós apresentamos a maior capacidade de neutralizar esse efeito, em função do uso do álcool combustível", relatou.

PORNOGRAFIA

Teotônio se queixou da conotação "quase pornográfica" que adquiriu no Brasil qualquer medida que se proponha em favor da produção canavieira. "É coisa para atender ao *lobby* dos usineiros", alegam, impedindo que sejam adotadas as medidas necessárias para que não desperdicemos nosso patrimônio na produção canavieira, no mercado de açúcar e na liderança dos combustíveis renováveis. "Isso é um disparate."

A sistemática ação desmoralizante do álcool combustível nos levou à situação atual, onde um estoque de álcool de 2 bilhões de litros avilta preços e rentabilidade, colocando em risco toda a cadeia produtiva de cana. "Isso acontece ao mesmo tempo em que, nos Estados Unidos, se subsidia diretamente o produtor de álcool para tornar o produto competitivo com o derivado do petróleo. Eles descobriram que o álcool é ambientalmente mais saudável, gera empregos e novas tecnologias. Há um mês, o Congresso americano votou a prorrogação desse subsídio até o ano de 2020", garantiu.

Obrigatoriedade de aprovação pelo Senado de empréstimos ligados a antecipação de receitas com privatizações irrita senador

Valadares condena regras impostas a estados pelo TCU

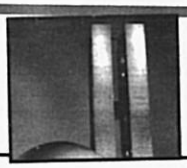
O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) estranhou ontem entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), adotado em resposta a uma consulta do deputado José Mendonça Filho (PFL-PE), de que os processos de financiamento requeridos pelos estados junto ao BNDES têm de passar pelo Banco Central, e o parecer prévio emitido por esta instituição deve ser submetido à aprovação do Senado, sempre que tais operações envolverem antecipação de receitas decorrentes de alienações.

Segundo o senador, o governo de Pernambuco, estado prejudicado com o entendimento do tribunal, decidiu ingressar junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) com ação competente para que seja declarada nula a decisão do TCU, sob a alegação de que a consulta não tem validade.

Valadares quer decisão anulada

- No momento em que Mendonça Filho propôs a consulta à Comissão de Trabalho, a comissão estava em recesso, e o seu presidente não poderia dirigir-se ao TCU sem antes auscultar o órgão que preside. Essa consulta tem o ranço da ilegitimidade - afirmou.

Valadares lembrou que 12 financiamentos requeridos por estados já foram liberados pelo BNDES, e estranhou o teor da decisão do TCU, "pois, respondendo a consulta, passa a fazer determinações, o que é incomum no tipo de processo apreciado, já que segundo a própria lei orgânica do Tribunal de Contas e seu regimento interno, a consulta versa sobre tese jurídica e não caso concreto".



CONHEÇA O SENADO

Fim da Era JK é marcado por protestos contra custo de vida

A elevação do custo de vida nos últimos anos do governo de Juscelino Kubitschek desencadeia uma onda de protestos no Senado, tornando evidente a ampla liberdade democrática vivida naquele momento pela instituição. O senador Paulo Abreu aponta um déficit orçamentário - "da ordem de 30 bilhões de cruzeiros por ano" e o senador Afonso Arinos propõe o estudo da proposta orçamentária da União por uma comissão interpartidária. Afonso Arinos também sugere um trabalho conjunto entre governo e oposição, com a fiscalização e cooperação do Senado, no sentido de equacionar os graves problemas nacionais. A proposta recebe inteiro apoio do líder da maioria, senador Lameira Bittencourt.

Em 1960, o Senado mudou-se do Palácio Monroe para Brasília

No dia 21 de abril de 1960, com a inauguração da nova capital, o Senado é transferido do Palácio Monroe, no Rio de Janeiro, para o Palácio do Congresso Nacional, em Brasília, onde é realizada uma sessão solene de instalação da nova sede do Parlamento.

Nesse mesmo ano, realizam-se eleições presidenciais, as quais refletem a insatisfação popular com a crise econômica. Jânio Quadros, da UDN, vence o Marechal Teixeira Lott, que tinha o apoio de JK. Já para a vice-Presidência da República é eleito João Goulart, candidato da chapa de Lott. E como determina a Constituição de 1946, Jango assume também a presidência do Senado.

No Congresso, embora os partidos tenham representação equilibrada, a aliança PTB-PSD deixa a UDN em situação minoritária, o que dificulta o andamento das reformas pretendidas por Jânio Quadros. O senador Lima Teixeira lidera as críticas da oposição. Ele cobra um programa de governo e afirma que Jânio vive "divorciado do Congresso", assumindo um estilo personalista de governar.